

| Mães de Maio: do luto à luta*

de Movimento Mães de Maio

Mulheres guerreiras contra o Estado genocida

por Raiane Patricia Severino Assumpção**

O livro *Mães de Maio: do luto à luta*, já na sua apresentação, expressa a sua intencionalidade e o seu propósito: a partir de histórias reais chama o leitor para um processo de reflexão e posicionamento frente às questões cruciais referentes ao papel do Estado, especificamente o papel da segurança pública e do sistema de justiça, em relação à população que cotidianamente vivencia as expressões das desigualdades geradas pela forma de organização e funcionamento da sociedade brasileira.

As Mães de Maio lançam mão de relatos de vida e poesia, que expressam os mais profundos afetos e dor, para estabelecer um diálogo com o leitor. Revelam o lugar e de que condição falam ou, melhor, gritam – como elas mesmas colocam no livro: são mulheres da classe trabalhadora, residentes na periferia da região metropolitana da Baixada Santista, que tiveram seus filhos mortos por agentes do Estado. O livro apresenta uma denúncia à atuação do Estado brasileiro atual – democrático e de direito –, atribuindo-lhe o adjetivo de **genocida**.

Mas afinal, quem são esses sujeitos que denunciam o Estado genocida, clamam por justiça e expressam, como também nos provocam, a indignação? São mães, familiares e amig@s de vítimas da violência causada pelo Estado brasileiro (especialmente pela atuação policial), que se organizaram em rede e atuam como um movimento a partir dos crimes ocorridos em maio de 2006 em São Paulo. Esse movimento assumiu como bandeira de luta a verdade, a memória e a justiça para todas as vítimas de violência que o Estado brasileiro praticou e pratica; e, ao mesmo tempo, possui como causa o desarmamento e a federalização dos

* Santos: Giramundo Artes Gráficas, 2011.

** Professora do Curso de Serviço Social da Unifesp-Baixada Santista.

End. eletrônico: raianeps@uol.com.br

processos referentes aos crimes de maio de 2006 em São Paulo, para o devido julgamento e punição dos responsáveis.

Para fundamentar a denúncia contra o Estado brasileiro e subsidiar um processo de reflexão em relação aos mecanismos e agentes estatais que geraram e geram violência e mortes, o livro coloca os crimes de maio como um episódio emblemático de um cenário mais amplo: os milhares de assassinatos ocorridos no Brasil, inclusive pela polícia, que tiveram como vítimas, em sua maioria, homens, jovens, negros, pobres e moradores das periferias dos grandes centros urbanos.

Mas em que consistiu este episódio emblemático de maio de 2006? Entre os dias 12 e 20 dos citados mês e ano foram assassinadas no estado de São Paulo, com o envolvimento de policiais e grupos paramilitares de extermínio, 493 pessoas. Estas mortes tiveram a ocultação de cadáveres, a falsificação de laudos ou o arquivamento de processos. A grande mídia noticiou estas mortes como decorrentes do “Ataque do PCC – Primeiro Comando da Capital”, ou seja, como conseqüência das rebeliões em 82 presídios paulistas. No entanto, pesquisas apontam controvérsias em relação aos dados oficiais do Ministério Público, referentes tanto ao número de mortes como à possível causa – inclusive com informações que remetem à execução sumária e não preservação dos locais dos crimes, prejudicando a realização de perícias.

A trajetória de cada uma das vítimas e a dor/luta de seus familiares e amig@s são retratados no livro juntamente com dados e estudos realizados sobre estes assassinatos e a continuidade desta forma de violência, com ponto culminante em abril de 2010, como também a forma como o Estado Genocida tem atuado em todo o Brasil em relação à mesma população – aquela à qual historicamente o Estado não garantiu os mínimos sociais por meio da política econômica e social adotada. A resposta do Estado a esta população tem sido políticas sociais focalistas e seletivas ou medidas punitivas, de encarceramento ou de extermínio, tendo como justificativa a garantia da segurança pública.

O convite à leitura deste livro nos introduz tanto a situações concretas de violência vivenciadas pela classe trabalhadora brasileira na atualidade, como também a uma reflexão sobre a vigência do Estado Democrático de Direito no Brasil.

A partir da década de 1980 foram instituídos legalmente diversos processos e instâncias democráticas e de garantia de direitos sociais. Simultaneamente, conforme cenário mundial, houve a adoção do modelo econômico neoliberal que resultou na implantação de medidas que permitiram às políticas sociais efetivarem apenas o mínimo social e maximizarem os aparatos estatais de controle policial-penal. Há uma situação paradoxal e uma confluência “perversa” na garantia de direitos e aprimoramento da democracia.

Evidencia-se, pelos relatos e dados apresentados neste livro, que no Brasil, país marcado pela extrema desigualdade social e pelo patrimonialismo estatal da elite financeira (local e internacional), que foram poucos os avanços no âmbito da cultura política, ou seja, na dinâmica e nos processos que implementam os canais democráticos e o sistema de garantia de direitos humanos previstos em suas constituições. Há um processo crescente de criminalização da pobreza e dos movimentos sociais. O Estado tem adotado medidas punitivas, encarceratórias e de extermínio para enfrentar as expressões da questão social, despolitizando a produção e reprodução das desigualdades sociais geradas pela estrutura e dinâmica do sistema capitalista.

Reafirmando o processo dialético de construção da história, este livro retrata a dor e a luta como elementos motores deste movimento que, ao mesmo tempo em que fala do cotidiano dos sujeitos, denuncia e combate à forma como tem sido garantido os direitos na sociedade capitalista: reflete os conflitos de interesses e os arranjos feitos nas esferas de poder que perpassam as instituições do Estado e da sociedade.